



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

Aos 15 dias do mês de março de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 88/XIII/2.ª, relativa à reunião de 8 de março de 2017
  
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Presidente da Entidade Regional de Turismo de Lisboa, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e do Presidente da Câmara Municipal do Montijo, sobre os investimentos em infraestruturas aeroportuárias
  
3. Fixação de redações finais:
  - Projetos de Resolução n.ºs 29/XIII/1.ª (PEV), 489/XIII/2.ª (BE) e 635/XIII/2.ª (PCP) – relativos à reposição do ramal ferroviário da Lousã e a reativação do sistema de mobilidade do Mondego
  - Projeto de Resolução n.º 644/XIII/2.ª (PCP) – Garantia de estacionamento reservado para pessoas com deficiência
  - Projeto de Lei n.º 279/XIII/1.ª (PEV) – Alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras
  
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao mercado interno da eletricidade (reformulação) [COM(2016)861], a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui a Agência da União Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (reformulação) [COM(2016)863] e a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a regras comuns para o mercado interno da eletricidade (Reformulação) [COM(2016)864]
  - Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

5. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 50/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Cria o regime jurídico do transporte em veículo a partir de plataforma eletrónica

– Relator: Deputado Paulo Neves (PSD)

6. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 510/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) – Recomenda ao Governo a imediata e total requalificação da EN125 entre Vila do Bispo e Vila Real de Santo António e a reposição da construção das variantes e outros troços que constavam no contrato inicial e 621/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) – Recomenda ao Governo a suspensão da cobrança de portagens na A22 até à conclusão das obras de requalificação da EN-125, e na medida em que essas obras encerrem troços ou produzam constrangimentos substanciais na circulação

7. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 548/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) – Estação de São Bento e 594/XIII/2.<sup>a</sup> (PCP) – Pela defesa e valorização da estação de São Bento (Porto)

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 428/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) – Recomenda ao Governo a assunção de compromissos com a calendarização das construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) – Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja

10. Outros assuntos

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 88/XIII/2.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 8 de março de 2017**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu a apreciação e votação a ata n.º 88/XIII/2.ª, relativa à reunião de 8 de março de 2017, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Presidente da Entidade Regional de Turismo de Lisboa, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e do Presidente da Câmara Municipal do Montijo, sobre os investimentos em infraestruturas aeroportuárias**

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) apresentou sucintamente o requerimento, que tinha sido anunciado na reunião ordinária anterior.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hortense Martins (PS), para informar que o seu grupo parlamentar concordava com o requerimento; e Bruno Dias (PCP), para concordar com o requerimento e informar que o seu grupo parlamentar também tinha um requerimento para mais uma audição sobre este assunto, a audição da Associação de Municípios da Região de Setúbal, que só não tinha enviado à Comissão por lapso informático, pelo que solicitava a sua distribuição em papel.

O Senhor Presidente informou que seria distribuído e, se houvesse concordância, seria votado também neste ponto da ordem do dia.

Não se verificou oposição dos restantes grupos parlamentares, pelo que, após a distribuição do requerimento do PCP, foram ambos os requerimentos submetidos a votação e aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **3. Fixação de redações finais:**

– **Projetos de Resolução n.ºs 29/XIII/1.ª (PEV), 489/XIII/2.ª (BE) e 635/XIII/2.ª (PCP) – relativos à reposição do ramal ferroviário da Lousã e a reativação do sistema de mobilidade do Mondego**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

- Projeto de Resolução n.º 644/XIII/2.ª (PCP) – Garantia de estacionamento reservado para pessoas com deficiência**
- Projeto de Lei n.º 279/XIII/1.ª (PEV) – Alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras**

A redação final relativa aos Projetos de Resolução n.ºs 29/XIII/1.ª (PEV), 489/XIII/2.ª (BE) e 635/XIII/2.ª (PCP) foi fixada sem votos contra, tendo a Comissão optado por não adotar o texto de fusão apresentado pelo serviço competente, e tendo aceitado as sugestões apresentadas para cada um dos textos.

A redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 644/XIII/2.ª (PCP) foi fixada sem votos contra, tendo a Comissão aceitado as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

A redação final relativa ao Projeto de Lei n.º 279/XIII/1.ª (PEV) foi fixada sem votos contra, tendo a Comissão aceitado as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

**4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao mercado interno da eletricidade (reformulação) [COM(2016)861], a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui a Agência da União Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (reformulação) [COM(2016)863] e a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a regras comuns para o mercado interno da eletricidade (Reformulação) [COM(2016)864]**

**– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)**

De seguida, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o parecer sobre as iniciativas europeias em epígrafe, tendo realçado que estas iniciativas integravam um pacote mais vasto, relativo à União da Energia. Afirmou não haver questões de aplicação do princípio da subsidiariedade e destacou a importância para o



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

país das interligações energéticas. Considerou também a matéria de cooperação dos reguladores da energia como muito importante para os interesses de Portugal.

Intervieram, a este propósito, os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), para cumprimentar o relator, concordar com o parecer e afirmar que os desafios da energia, sustentabilidade e interligações são muito relevantes para Portugal; António Costa Silva, para cumprimentar o relator, concordar com o parecer, considerar que o tema é de importância decisiva para Portugal e que o facto de a Europa falar a diferentes vozes levantava alguma preocupação; e Heitor de Sousa (BE), para cumprimentar o relator, lembrar que a ideia de um Conselho de Redes Transeuropeias de Energia era algo que existia desde os anos 90 do século passado e que essa ideia se tinha esfumado nas contradições que existiam a nível transfronteiriço, e concluir que não acreditava que estas diretivas comunitárias respondessem a este tipo de problema, por haver demasiada geopolítica envolvida no abastecimento energético da Europa.

Tornou a usar da palavra o relator, para responder às intervenções anteriores, referir o sistema de interligações energéticas com Marrocos e a sua importância e lembrar que se termina o escrutínio destas iniciativas mas não do dossier da União da Energia.

Submetido o parecer a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

#### **5. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 50/XII/2.ª (GOV) – Cria o regime jurídico do transporte em veículo a partir de plataforma eletrónica**

**– Relator: Deputado Paulo Neves (PSD)**

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) apresentou o parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 50/XIII/2.ª, de forma circunstanciada.

Submetido a votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

**6. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 510/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) – Recomenda ao Governo a imediata e total requalificação da EN125 entre Vila do Bispo e Vila Real de Santo António e a reposição da construção das variantes e outros troços que constavam no contrato inicial e 621/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) – Recomenda ao Governo a suspensão da cobrança de portagens na A22 até à conclusão das obras de requalificação da EN-125, e na medida em que essas obras encerrem troços ou produzam constrangimentos substanciais na circulação**

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.

**7. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 548/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) – Estação de São Bento e 594/XIII/2.<sup>a</sup> (PCP) – Pela defesa e valorização da estação de São Bento (Porto)**

O Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE) e Jorge Machado (PCP), para apresentarem os projetos de resolução dos respetivos grupos parlamentares.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o Projeto de Resolução n.º 548/XIII/2.<sup>a</sup>, referindo que o mesmo tinha surgido num contexto em que foi desenvolvida uma série de intervenções da Infraestruturas de Portugal, na estação de São Bento, que não foram discutidas na cidade e que poderiam desvirtuar o átrio principal daquela estação, e deu conta da parte resolutiva. Afirmou que, entretanto, a situação tinha sofrido alguma evolução, as obras tinham sido suspensas e acreditava que a existência deste projeto de resolução tinha ajudado a essa suspensão.

De seguida, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 594/XIII/2.<sup>a</sup>, lembrando a importância desta estação, o facto de ser uma referência para a região e de desempenhar um papel fundamental na mobilidade da cidade do Porto. Afirmou que a estação de São Bento não era nem podia ser um centro comercial, um sítio onde se encontravam lojas que se podiam encontrar em



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

qualquer parte do mundo. Considerou que descaracterizar a estação de São Bento era um erro crasso, a nível histórico e turístico. Concluiu, afirmando que a estação precisava de ser reabilitada e conservada, mas não se podia estragar o património existente, pelo que aquele projeto de resolução previa essa dupla valência, e dando conta dos pontos resolutivos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Virgílio Macedo (PSD) e Fernando Jesus (PS).

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) começou por referir que a estação de São Bento era um património extremamente relevante para a cidade do Porto, o qual claramente necessitava de ser recuperado e reabilitado, mas isso não devia distorcer a história daquela estrutura. Defendeu que não se devia ter qualquer dogma quanto ao aproveitamento económica daquela estrutura, desde que realizado de forma integrada. Afirmou saber que a obra estava na Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), que terá algo a dizer quanto às obras que se vão realizar. Argumentou que, no pressuposto de que não haverá nenhum atentado à história e património da estação de São Bento, a mesma tem de ser reabilitada e não deixada ao abandono, pois neste momento a única parte que está funcional é o átrio de acesso à gare dos comboios. Concluiu, afirmando que o PSD entendia que a estação tinha de ser recuperada, devolvida à população do Porto na sua totalidade, não tinha qualquer espírito contra o aproveitamento económico da estação que lhe permita reviver e manter viva a estação, mas todas as obras deverão ser autorizadas pela SRU, devendo salvaguardar os interesses da cidade do Porto.

Pelo Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) foi afirmado que o PS não acompanhava as conclusões dos projetos de resolução porque o que se visava com estas obras era o desenvolvimento de ações com vista à recuperação da estação de São Bento, salvaguardada a emissão das licenças necessárias. A garantia que nos é dada é que nenhuma obra será feita sem que a Direção-Geral do Património Cultural dê o seu parecer favorável. Sabe que a SRU também já sancionou algumas das obras e lembrou que já em 2017 o hostel construído na estação do Rossio tinha sido considerado um dos melhores do mundo e em nada afetou o património. Concluiu,



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

afirmando que entre a apresentação dos projetos de resolução e a sua discussão a situação evoluiu no sentido positivo, pelo que, com estas garantias, convidava os proponentes a retirarem as suas iniciativas.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) interveio para encerrar a discussão quanto ao Projeto de Resolução n.º 584/XIII/2.ª, afirmando que não retirava a sua iniciativa porque, se havia coisas que tinham sido alteradas no perímetro da estação de São Bento tinha sido porque tinha havido uma grande indignação na cidade e o BE, em novembro, tinha feito eco dessa indignação para obrigar a parar as obras e impor que a Direção-Geral do Património Cultural fosse ouvida primeiro. Reiterou que o projeto de resolução apresentado pelo BE não era datado, porque tinha havido o risco de a estação se transformar num centro comercial igual a tantos outros e desvirtuar a sua função cultural e patrimonial. Reconheceu que a estação não tinha atualmente o uso que tinha nos anos 50 e 60 do século passado, mas chocava-lhe que neste país houvesse instituições que, quando falavam na reabilitação urbana, só pensassem na função comercial e não na vertente cultural e patrimonial. Concluiu, questionando por que razão parte do museu dos transportes não era instalada nas linhas laterais desativadas da estação de São Bento.

Respondeu ainda a esta intervenção o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS), para reiterar que o seu grupo parlamentar não podia votar a favor de um projeto de resolução que recomendava a realização de uma auditoria a algo que tinha passado a decorrer normalmente, com pareceres de todas as entidades envolvidas.

Finalmente, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) encerrou a discussão quanto ao Projeto de Resolução n.º 594/XIII/2.ª, resumindo que todos estavam de acordo no que tocava à salvaguarda da estação de São Bento. Afirmou que o PCP não tinham qualquer dogma quanto ao aproveitamento económico, pois a estação tinha uma utilidade económica, pelo que questionava por que não se construíam espaços que servissem os utentes da estação, em vez de lojas e espaços comerciais. Em seu entender, o que se devia fazer era aproveitar aquele espaço para melhorar as condições de utilização da estação. Afirmou também que todos concordavam que o processo tinha sido mal gerido, tinha sido lançado sem se ouvir as populações e os





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

órgãos autárquicos. Tanto quanto sabia, prosseguiu, a auscultação sobre o concreto do processo ainda não tinha sido feita. Lembrou que a estação era património coletivo, pelo que era necessário discutir os projetos com a população e envolver os órgãos locais. Concluiu, afirmando que a recuperação tinha de salvaguardar o património cultural e não interferir com o objetivo principal da estação, não a descaracterizando.

#### **8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 428/XIII/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a assunção de compromissos com a calendarização das construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região**

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Ramos (PCP), que apresentou o projeto de resolução em epígrafe, propondo que fossem assumidos pelo Governo um conjunto de compromissos quanto à rede viária do distrito de Beja e dando conta do ponto de situação das diversas vias rodoviárias no distrito. Destacou também as potencialidades dos investimentos públicos na região e a importância da rede viária para o aproveitamento de todas essas potencialidades. Tendo dado conta dos pontos resolutivos, realçou a proposta de que as obras nestas vias sejam tidas em conta no planeamento de construção de infraestruturas da entidade pública responsável pela construção e manutenção da rede viária nacional e informou que iria dar entrada de uma alteração ao texto original do projeto de resolução, acrescentando um ponto resolutivo relativo à construção de vias alternativas ao IP2 prévia ao condicionamento na circulação desta estrada, tendo disponibilizado imediatamente essa alteração aos Deputados da Comissão.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro do Carmo (PS), António Costa Silva (PSD), Ascenso Simões (PS) e Heitor de Sousa (BE).

O Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) começou por referir o facto de durante o anterior Governo as obras nesta rede viária terem sido bruscamente paradas, sendo agora necessário avaliar o custo desta paragem para as contas públicas. Lembrou que na negociação do Portugal 2020 nada foi acautelado para as redes viárias nacionais e



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

municipais. Em seu entender, o caso mais grave encontra-se junto a Castro Verde, onde o concessionário continuou as obras mas não acautelou a existência de vias alternativas, havendo também situações, como Odemira e Barrancos, em que as estradas nacionais estão intransitáveis. Concluiu, considerando que era preciso um olhar diferente para o distrito de Beja e informando que o seu grupo parlamentar acompanhava o projeto de resolução.

Pelo Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) foi afirmado que o seu grupo parlamentar também iria apresentar um projeto de resolução sobre esta matéria. Referiu que as obras no IP2 e no IP8 tinham parado porque o país tinha chegado a uma situação de bancarrota e tinha sido necessário parar obras estruturantes para o país, lembrou também que o documento de negociação dos fundos estruturais excluía todas as obras rodoviárias e fez votos de que o Governo conseguisse reprogramar os fundos comunitários e que estas estradas fossem aí incluídas. Lembrou as afirmações do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na Comissão e que o atual Governo tinha já quase dois anos e as obras ainda não aconteceram.

O Senhor Deputado Ascenso Simões (PS), em resposta a esta intervenção, referiu que o que tinha acontecido com a preparação do acordo-quadro Portugal 2020 era claro: o Governo não queria fundos destinados a vias rodoviárias e Bruxelas fez-lhe a vontade. Argumentou que a revisão deste mesmo acordo-quadro não pode contemplar uma alteração sistemática dos princípios determinados por Bruxelas, o que o Governo pode fazer é apresentar propostas diferentes para o próximo acordo-quadro.

Respondeu o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para argumentar que no primeiro *position paper* apresentado por Bruxelas ao Governo português as estradas estavam excluídas e Portugal tinha sistematicamente tentado financiar obras nas estradas, tendo a última tentativa sido feito com as “*last miles*”, as ligações de poucos quilómetros a ferrovias, zonas industriais e portos e que a única coisa que tinha conseguido incluir tinha sido uma parte das “*last miles*” na agenda da competitividade. Afirmou também saber que é possível reprogramar um programa comunitário se não forem atingidos certos objetivos e que o consta do acordo de parceria é que as verbas serão reprogramadas em 2019 com dados de 2018.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) considerou que o conjunto de questões levantado pelo projeto de resolução eram pertinentes mas tinham urgências diferentes, pelo que sugeria uma clarificação na parte resolutiva. Concluiu expressando curiosidade sobre quais as propostas do PSD para esta matéria.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado João Ramos (PCP) para realçar que o IP2, o IP8 e o IC4 estavam previstos no Plano Rodoviário Nacional desde 1985 e não estavam ainda concluídos e que o distrito de Beja era um dos poucos que não tinham um itinerário principal ou complementar totalmente construído. Referiu que a A2 era uma via de atravessamento do distrito mas não servia a população. Concluiu explicitando que os pontos 1 a 3 das recomendações eram de resolução imediata, porque se referiam a obras urgentes e os pontos 4 a 6 eram de investimento a médio prazo e inclusão nos instrumentos de planeamento e que o modelo de financiamento era da responsabilidade do Governo.

#### **9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.ª (PCP) – Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja**

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.ª (PCP) – Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja, explicando os tempos utilizados nas ligações rodoviárias e ferroviárias, com vantagem para estas.

Referiu-se à suspensão das ligações a Beja, defendendo que não se abdique da ligação do Alentejo, salientando a necessidade de haver transbordo na linha para Beja com recurso a automotora, a falta de estações abertas e da possibilidade de compra de bilhetes.

Insistiu, fundamentando, na ligação de Beja à Funcheira e na possibilidade de eletrificação da ligação a Beja.

Notou a elevada frequência da linha do Sul, com embarque para o Alfa-pendular na Funcheira, pedindo a reposição de um comboio regional.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) concordou com os objetivos do Projeto de Resolução, notando tratar-se da ligação de Beja a Casa Branca, e salientou que a garantia da ligação a Beja é a garantia de qualidade para os habitantes das cidades e distritos de Beja e de Évora.

Considerou tratar-se de questão de investimento público para uma necessidade da Região para benefício da População, com captação de investimento e de turistas para a Região, e que defendeu dever ser concretizado.

O Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) considerou essencial a eletrificação da linha Beja - Casa Branca.

Culpou o anterior Governo por não terem sido assegurados financiamentos para estes investimentos no Distrito de Beja, referindo-se às contas por fazer com os concessionários em situação de saída.

Insistiu na urgência da eletrificação e criticou estações fechadas, sem venda de bilhetes e com instalações deficientes, referindo a Funcheira, sem instalações sanitárias, e relatando experiência como autarca.

Deu nota de ser utilizador da ligação na Funcheira, salientando usar o Alfa-pendular com horário vantajoso para Lisboa, mas apenas aí existente.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) considerou que o Projeto de Resolução coloca o dedo na ferida do Governo anterior ter ignorado o investimento no comboio de passageiros e não apenas nas mercadorias.

Condenou este conceito e recordou que, há 150 anos, a ferrovia é mista, com exceção de ramais.

Salientou que a vantagem do Projeto de Resolução do PCP é de convocar o Governo a mudar o conceito de investimento público na ferrovia, e defendeu a reprogramação do investimento do programa 20/20 com transferência de investimento para a “rede ferroviária de proximidade”.

Propondo, perguntou qual a razão para não haver ferrovia entre Évora e Beja?

Considerou o Projeto de Resolução do PCP oportuno, enquadrado em proposta para Governo reformular o Plano estratégico de infraestruturas com a valência de transporte de passageiros.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL**

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) agradeceu as intervenções e a unanimidade para reforço da ferrovia, referindo as más condições no Alvito e insistindo nas linhas Beja - Casa Branca e, também, Funcheira.

Analizou a sustentabilidade das linhas, que considerou possível, explicando que a falta de ligação direta a Beja a afeta, tal como a falta de investimentos.

#### **10. Outros assuntos**

Usou da palavra o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para solicitar o envio de uma atualização das pendências em Comissão, tendo em atenção todos os requerimentos aprovados recentemente, ao que o Senhor Presidente respondeu que seria enviado com a convocatória para as reuniões da semana seguinte.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de março de 2017.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 90/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Joel Sá  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Paulino Ascensão  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
António Topa  
Ascenso Simões  
Carlos Silva  
João Vasconcelos  
Jorge Machado  
Paulo Neves  
Pedro do Carmo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro  
Heloísa Apolónia  
Hugo Pires  
Luís Campos Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Paulo Rios de Oliveira